

ESTRUTURAS MUSEOGRÁFICAS E CONTEXTOS URBANOS. UM ENSAIO TIPOLÓGICO.

Ericson Straub¹

0009-0007-2630-9187

Clovis Ultramari²

0000-0002-6441-3547

Manoela Massuchetto Jazar³

0000-0002-7627-8346

Recebido em 10.03.2025

Aprovado em 03.11.2025

Resumo

Este artigo discute critérios interpretativos acerca da relação entre estruturas museográficas e compartimentos urbanos de diferentes contextos. De um ponto de vista prático, esta classificação tipológica estabelece articulações interpretativas entre essas estruturas e os espaços ou territórios que as contêm e se justifica pelo seu potencial enquanto instrumento de análise para pesquisadores da área da museologia, gestores urbanos e gestores culturais. Esta discussão e tipologia referenciam-se em pesquisa empírica e exploratória junto a 50 estruturas museográficas, de diferentes perfis e propósitos e em diferentes realidades urbanas. Suas principais conclusões estão na própria organização tipológica e no referencial que esclarece o potencial de transformação urbana quando da implantação dessas estruturas museográficas.

Palavras-chave: Estruturas Museográficas. Gestão Urbana. Políticas Públicas. Políticas Culturais.

¹ Designer, doutorando do PPGTU – Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana da Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, Brasil, ericson@straubdesign.com.br.

² Arquiteto, doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento, pela Universidade Federal do Paraná, em 2001 e professor titular do PPGTU Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana da Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, Brasil, ultramari@yahoo.com.

³ Arquiteta, doutora em Gestão Urbana, pelo PPGTU – Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana da Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, Brasil, manoelamj.arq@gmail.com.

MUSEOGRAPHIC STRUCTURES AND URBAN CONTEXTS. A TYPOLOGICAL ESSAY.

Abstract

This article discusses interpretative criteria regarding the relationship between museographic structures and urban compartments in different contexts. From a practical standpoint, this typological classification establishes interpretative connections between these structures and the spaces or territories that contain them, justified by their potential as an analytical tool for researchers in the field of museology, urban managers, and cultural managers. This discussion and typology are based on empirical and exploratory research involving 50 museographic structures of different profiles and purposes in various urban realities. Its main conclusions lie in the typological organization itself and in the framework that elucidates the potential for urban transformation upon the implementation of these museographic structures.

Keywords: Museographic Structures. Urban Management. Public Policies. Cultural Policies.

1. INTRODUÇÃO

A ideia contemporânea de museu, consolidada após a Revolução Francesa, tem se transformado em sintonia com as mudanças dos contextos urbanos. As estruturas museográficas deixaram de ser instituições voltadas prioritariamente à preservação da memória para assumir papéis mais amplos, sintetizando o “espírito do seu tempo”. Para Huyssen (1994), os museus articularam, historicamente, relações entre nação e tradição, herança e cânone, ao mesmo tempo em que foram criticados por representarem uma visão elitizada da cultura. A partir do final do século XX, em diálogo com a reconfiguração das cidades, essas instituições retomam protagonismo ao se tornarem espaços espetaculares de cultura, fortemente conectados à economia urbana, ao turismo e a estratégias políticas (Huyssen, 1994).

A urbanização acelerada e a emergência de novas práticas sociais, econômicas e culturais também reconfiguraram a função simbólica das cidades. Choay ([1966] 2017) argumenta que, desde a era industrial, a cidade reuniu condições para a produção de novos valores, formas de sociabilidade e narrativas. Embora materializadas fisicamente, as cidades são igualmente produzidas por dimensões simbólicas e intangíveis (identidades,

memórias, percepções e usos) frequentemente apropriadas e potencializadas por iniciativas culturais como os museus/estruturas museográficas.

Nesse sentido, compreender museus implica compreender a própria cidade. Grewcock (2006) destaca que o futuro das estruturas museográficas está diretamente associado ao futuro urbano, marcado por incertezas e transformações sociais, físicas, tecnológicas, econômicas, culturais, ambientais e políticas. As estruturas museográficas tornam-se, assim, instrumentos relevantes para refletir sobre temas urbanos, em uma relação simbiótica na qual cidade e museu se influenciam mutuamente.

Jeudy (2005) reforça essa dimensão simbólica ao afirmar que a cidade real convive com uma cidade imaginária, construída por memórias, representações e valores incorporados à experiência urbana. Edificações culturalmente significativas, consideradas belas ou não, integram essa rede de significados e constituem referências para quem vive ou visita a cidade.

A cidade excede a representação que cada pessoa faz dela. Ela se oferece e se retrai segundo a maneira como é apreendida. Uma certa nostalgia parece nos fazer acreditar que a cidade não corresponde mais ao signo porque se teria tornado excessivamente percebida graças aos símbolos de sua monumentalidade exibida (Jeudy, 2005, p. 81).

A comunicação contemporânea amplia ainda mais esse fenômeno. Como lembra Satué (1999), desde a antiguidade, edificações foram dotadas de poder simbólico, e hoje a produção de imagens e ícones urbanos se intensifica, operando como instrumentos políticos e econômicos. Museus tornam-se elementos centrais nesse processo, capazes de projetar internacionalmente identidades urbanas e de estabelecer relações simbióticas com as cidades das quais fazem parte.

Um exemplo desse efeito simbiótico contemporâneo é o Museu do Louvre, em Paris. Ao longo de sua história, transformou-se em símbolo máximo da aura cultural de Paris, reforçando de forma recíproca a identidade urbana e o significado museográfico. Essa dinâmica, observada em múltiplas escalas e realidades, evidencia a necessidade de compreender mais profundamente os vínculos entre museus e contextos urbanos.

Este artigo aporta uma análise de estruturas museográficas que extrapolam (ou poderiam extrapolar) sua função arquitetônico-funcional e atuam como extensões simbólicas, culturais e identitárias de seus contextos urbanos. Considerando, sobretudo, o caráter mutável dos processos urbanos, reconhece-se a impossibilidade de apresentar relações definitivas entre museus e cidades; ainda assim, o estudo busca contribuir para um debate pouco explorado nos campos da gestão urbana e das estratégias territoriais, propondo um conjunto de relações tipológicas que ajude a compreender como museus e cidades se reforçam mutuamente.

2. METODOLOGIA OU MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia adotada neste estudo fundamenta-se na construção tipológica como estratégia analítica para compreender as múltiplas relações entre estruturas museográficas e seus contextos urbanos. Em conformidade com Weber (1981), tipologias consistem em modelos ideais que não buscam reproduzir a realidade de maneira literal, mas oferecer uma abstração capaz de ordenar fenômenos complexos. Nesse sentido, a opção metodológica por tipologias se justifica pela necessidade de sistematizar regularidades observadas na interação entre equipamentos culturais e dinâmicas urbanas. Nessa iniciativa, o estudo assume que a construção dessas categorias envolve um processo interpretativo guiado por critérios analíticos claramente definidos, e não apenas uma divisão descritiva de casos.

Partindo dessa perspectiva, as tipologias são utilizadas como instrumento para organizar e interpretar os diferentes modos pelos quais cidades e estruturas museográficas se relacionam. Reconhece-se que pesquisadores e profissionais do urbanismo e da museologia trazem consigo valores e referenciais próprios, o que torna fundamental explicitar os procedimentos adotados na análise a fim de garantir coerência, transparência e reprodutibilidade. Assim, o estudo operacionalizou a construção tipológica em três etapas principais: (1) definição dos critérios de análise; (2) observação e sistematização dos casos; e (3) agrupamento e síntese tipológica. Cada etapa é descrita detalhadamente nesta seção.

Na primeira etapa, foi realizada uma análise exploratória das relações entre ocupação urbana e equipamentos culturais, apoiada em pesquisa bibliográfica e documental. A partir desse levantamento preliminar, foram estabelecidos dois conjuntos de



critérios: um voltado aos atributos urbanos e outro voltado às características institucionais das estruturas museográficas. Esses critérios orientaram a observação dos casos e serviram como base para a futura formulação das tipologias.

No que diz respeito aos critérios urbanos, a pesquisa considerou elementos que compõem a “anatomia urbana” dos compartimentos onde as estruturas museográficas estão inseridas. A coleta dessas informações envolveu análise de mapas, imagens, documentos históricos e planos urbanísticos, além de observação direta e indireta (incluindo registros fotográficos, análise remota via ferramentas digitais e visitas presenciais quando possível). Os parâmetros urbanos definidos foram: importância histórica da área; dimensão demográfica do entorno; grau de consolidação urbana; presença de formalidade ou informalidade; inserção em circuitos culturais, turísticos ou educacionais; e o valor simbólico-afetivo atribuído ao equipamento pelos habitantes ou pela cidade. Cada um desses critérios foi observado de forma sistemática para todos os casos, permitindo comparações consistentes.

Do ponto de vista das estruturas museográficas, a análise incluiu variáveis relacionadas à origem, natureza e significado institucional de cada equipamento. Entre os critérios considerados estão: relação com o patrimônio histórico edificado; natureza da gestão (pública, privada, comunitária ou híbrida); contexto de surgimento (formal ou informal); simbologia e valor imagético da edificação; motivação e agentes envolvidos na criação da instituição (comunidade, poder público, iniciativa privada); e grau de relação simbiótica entre o equipamento e o compartimento urbano em que se insere. A observação desses elementos foi conduzida por meio de pesquisa documental, consulta a materiais institucionais, análise da trajetória histórica das instituições e comparação cruzada entre os casos.

A utilização desses critérios parte de uma definição ampliada do termo “estruturas museográficas”. Conforme o ICOFOM (2017), museus são instituições permanentes voltadas à preservação, estudo e transmissão do patrimônio material e imaterial. O ICOM (2022), ao atualizar a definição, introduz dimensões como acessibilidade, inclusão, participação comunitária e promoção da diversidade, destacando o papel das experiências culturais. Essa ampliação conceitual fundamenta o uso do termo “estruturas museográficas”

para abarcar, para além dos museus tradicionais, centros culturais, salas expositivas, memoriais, monumentos, marcos urbanos e outras instituições formais ou informais que desempenham funções expositivas ou informacionais nas cidades. Essa ampliação foi considerada necessária para permitir que a análise contemplasse a diversidade contemporânea dos equipamentos culturais e suas relações com o espaço urbano.

Na segunda etapa metodológica, foram selecionadas 50 estruturas museográficas, sendo 29 no Brasil e 21 em outros países. A amostra não teve caráter estatístico, mas intencional, voltada a abranger diferentes realidades urbanas, institucionais e temáticas. Os critérios de seleção incluíram: diversidade de modelos de gestão; variedade de contextos socioeconômicos; relevância simbólica das edificações; diferentes escalas urbanas; e disponibilidade de informação para observação e análise. O recorte temporal das fontes e observações compreendeu o período entre 2019 e 2023, quando foram compilados registros, documentos institucionais, imagens e descrições analíticas dos equipamentos.

A terceira etapa consistiu na sistematização e comparação dos dados coletados. A análise foi conduzida por meio de matrizes comparativas que cruzaram critérios urbanos e museográficos, permitindo identificar padrões recorrentes, casos limítrofes e situações híbridas. O “peso” atribuído a cada critério variou conforme as características específicas de cada caso: em alguns, prevaleceram elementos do contexto urbano; em outros, aspectos da instituição museográfica mostraram-se mais determinantes. Essa avaliação foi realizada de forma interpretativa, porém apoiada em descritores consistentes para garantir coerência analítica.

A partir desse processo de comparação cruzada, foram identificadas nove articulações tipológicas que representam diferentes modos de interação entre estruturas museográficas e seus contextos urbanos. Reforça-se que o número final de tipologias não foi pré-definido, mas resultou da síntese interpretativa dos agrupamentos observados. Cada tipologia expressa um padrão relacional que integra tanto dimensões urbanas quanto institucionais, e é apresentada na seção seguinte.

3. ARTICULAÇÕES TIPOLOGICAS ENTRE ESTRUTURAS MUSEOGRÁFICAS E CONTEXTOS URBANOS

Este capítulo apresenta as articulações tipológicas identificadas entre estruturas museográficas e distintos contextos urbanos e, como apontado anteriormente, consistem em tipologias que não buscam representar a totalidade dos fenômenos urbanos, mas organizar regularidades, evidenciar relações recorrentes e permitir compreender como estruturas museográficas, sejam formais ou informais, públicas ou privadas, se integram, influenciam e são influenciadas pelos espaços urbanos nos quais se inserem.

Estruturas museográficas em contextos urbanos históricos

Esta articulação acontece em duas situações distintas: pela importância da edificação em termos históricos e de memória social com ou sem garantia estatuída por leis. A articulação entre o meio urbano e tais edificações, é o meio perceptivo e formal que a evidencia. Neste caso, o interesse urbano e arquitetônico se confunde com o acervo e propósito da estrutura museográfica, sugerindo uma simbiose entre políticas públicas urbanas e a própria gestão do museu.

São exemplos dessa o Museu Nacional de Imigração e Colonização (MNIC), instituição relacionada ao edifício “Palácio dos Príncipes”, construído em 1870 por determinação da monarquia brasileira. Localizado em Joinville (SC), a edificação, tombada em 1939 pelo SPHAN (atual IPHAN) e transformada em museu em 1957, situa-se nas proximidades do Rio Cachoeira, onde, desde 1851, pequenas embarcações de imigrantes começaram a chegar no porto ali construído. . Atualmente, seu acervo e propósito estão vinculados com a história do entorno e com a imagem da cidade: um entorno que fora a chegada de imigrantes e uma cidade que se impõe como um destino migratório. Outros exemplos incluem o Museu da Língua Portuguesa e a Pinacoteca do Estado de São Paulo. Ambos possuem estreita relação com o edifício histórico da atual Estação da Luz, estação ferroviária de São Paulo, que teve as obras iniciadas em 1865 e concluídas em 1901. Em 2006, a Estação da Luz passou a abrigar o Museu da Língua Portuguesa que trouxe consigo inúmeros programas de intervenção pública no seu entorno urbano e a busca de visitantes que aí habitam ou transitam. Neste caso específico, o funcionamento de um museu em edificação iconográfica, histórica e referência central na paisagem do território onde se

encontra, impõe uma administração voltada ao seu ambiente local: o de uma alta concentração de pessoas, de vulnerabilidade social e de desvalorização imobiliária. As características desse entorno se impõem ao próprio funcionamento do museu.

Estas articulações também são percebidas no Museu Paranaense em Curitiba, sediada em edifício construído em 1929 e localizado no setor histórico do município e com reduzida dinâmica urbana, subutilização das infraestruturas urbanas instaladas e com avanço da ocupação por pessoas em vulnerabilidade social. Neste caso, a intervenção do poder público estadual atende a interesses estratégicos da gestão municipal na busca de revalorização da área. Assim, os recursos para reforma, ampliação e manutenção da sede do museu foi seguida de projeto urbanístico por parte da prefeitura. Para essas iniciativas, o propósito do museu conta com o potencial histórico-arquitetônico da sua edificação e de seu entorno. Tais valores não poderiam ser ignorados por políticas públicas com interesses estratégicos ou políticos; ao contrário, constituem demonstrações tangíveis e simbólicas da reduzida atuação das gestões de governo em políticas culturais.

Exemplos similares que incluem estruturas museográficas com valor histórico em áreas de caráter também históricas podem ser encontradas no Museu do Ipiranga em São Paulo, no Museu da Inconfidência em Minas Gerais, no Museu Imperial em Petrópolis, no estado do Rio de Janeiro, e no Museu da República, na cidade do Rio de Janeiro. Apesar de fazerem parte de compartimentos urbanos com características distintas do Brasil, exemplos internacionais também retratam esse campo de potencialidades estratégicas identificadas na simbiose entre edifícios histórico-iconográficos, entorno e história urbana. São exemplos, para além do Museu do Louvre, o Museu D'Orsay em Paris, o Museu do Prado em Madri, o Museu Dell'Opera de Duomo em Florença, na Itália, e o Museu do Vaticano, os quais estão presentes em áreas de preservação histórica centrais e que também se mesclam com habitações, comércio e estruturas turística ao seu redor.

Em síntese, as transformações decorrentes da intervenção em estruturas museográficas em contextos urbanos de caráter histórico, tem um importante agente que é o poder público, mesmo que as estruturas não sejam públicas ou estejam sob a gestão pública. Comumente, estruturas museográficas são parte importante para o processo de revitalização promovida pelo poder público em ambientes de cunho histórico, sobretudo porque em geral as decisões, recursos, planejamento, gestão, e o olhar dos órgãos responsáveis pela preservação do patrimônio, são oriundos do poder público. Uma

característica importante desta tipologia, decorrente deste vínculo com o poder público é a intervenção nas edificações e em seu entorno. Alterações em uma edificação, significa um impacto em outra e vice-versa: uma tônica também percebida em outras articulações tipológicas, mas que aqui, tal qual na seguinte, se evidencia.

Estruturas museográficas públicas e seus contextos urbanos

Esta articulação retrata a influência do poder público na proposição de estruturas museográficas e na gestão, combinando esforços públicos e privados para a sua inserção em diferentes compartimentos urbanos.

Um exemplo emblemático é o Museu do Ipiranga em São Paulo, o museu público mais antigo deste estado, que apresenta conteúdo sobre a história e a cultura material da cidade. Após uma extensa restauração concluída em 2023, o edifício, que faz parte da Universidade de São Paulo, foi reinaugurado, mantendo-se como museu público e reunindo diferentes agentes públicos e privados para ressignificação de um importante espaço histórico da cidade. O anúncio de sua reforma já anunciara o impacto que ora se observa no seu entorno, o qual, combinado com o Parque Ipiranga, tem dados sinais de dinamização e ressignificação. O mesmo pode ser dito para os casos do MASP e do MAM em São Paulo, do MAC de Porto Alegre (RS), e do MAC e do MON, em Curitiba (PR).

Internacionalmente, museus antropológicos e de cunho históricos como o Museu Real da Colúmbia Britânica, em Victoria, Canadá, o Vasa Museu e o Museu Histórico de Estocolmo, Suécia, o Museu dos Inválidos em Paris, França, o conjunto Smithsonian em na cidade de Washington D.C., Estados Unidos, e o British Museum em Londres, Inglaterra, exemplificam esta tipologia de estruturas museográficas públicas em contextos urbanos. Nestes casos, não se pode falar necessariamente em novas dinâmizações e ressignificações, mas, antes, na manutenção delas, a partir de instituições de grande referência para além do território de suas cidades. Em todos esses casos, é notável a atuação da gestão pública, seja na simbiose com o espaço público, seja na própria manutenção das instituições museográficas.

Em termos de especificidade que justifique a constituição de uma articulação tipológica, tem-se o fato de a natureza do edifício não ser um fator determinante para essa classificação, mesmo que a maioria das construções que abrigam estruturas tenha caráter

histórico ou esteja profundamente enraizada na memória local. O que singulariza esse conjunto de estruturas museográficas é a forte decisão do poder público em apoiá-las. Do mesmo modo que a articulação tipológica “Estruturas Museográficas em Contextos Urbanos Históricos”, percebe-se a importância do papel dos agentes públicos como fomentadores das mudanças e dos impactos no entorno urbano das instituições museográficas, não mais pela imposição do valor histórico da edificação ou do entorno, mas pelo vínculo institucional.

Estruturas museográficas informais em contextos urbanos

Essa articulação tipológica está fundamentada na premissa de que certos grupos e indivíduos são frequentemente excluídos da idealização e mesmo transformação das cidades. Esses grupos e indivíduos recorrem a manifestações artístico-culturais como resposta a questões de identidade, pertencimento e inclusão. Tais manifestações, na ausência ou no descrédito de um poder público, se mostram informais nas suas organizações. As estruturas museográficas informais são assim consideradas pelo fato de não atenderem a requisitos legais exigidos da área museológica. Ainda assim, embora não reconhecidas legalmente ou do ponto de vista técnico, elas cumprem um papel social significativo e impactam em seus devidos contextos urbanos, normalmente pelo papel identitário e de pertencimento que exercem em suas comunidades.

Um exemplo dessa articulação tipológica é o Museu do Lixo, criado por uma Associação de Catadores de Resíduos, em Curitiba. Foi criado em 2014, por iniciativa dos trabalhadores da associação, resultando da separação de objetos considerados “interessantes”, quando de seus trajetos para catação de recicláveis. Os coletores descobriram objetos que, para eles, não era lixo, mas “peça que poderiam estar em um museu”. Assim, criaram no próprio barracão de reciclagem uma estrutura museográfica que funciona como uma extensão do trabalho da comunidade e apresenta diversas peças selecionadas na separação das coletas e expostas no espaço. Outro exemplo é Museu do Botão. Neste caso, é impossível separar o artista curitibano Hélio Leites do museu criado por ele. Trata-se de um “colete-museu”, um museu independente que cria o seu espaço e não precisa de legislação ou permissão de lugares para funcionar: basta vestir o colete e

tem-se um museu em que ele vai até os visitantes. O Museu do Botão pode estar no Largo da Ordem, no centro velho de Curitiba pela manhã e a noite em outro local da cidade.

Exemplos como estes demonstram uma ruptura com a ideia pré-concebida para estruturas museográficas oriundas apenas de uma estrutura formal. Estruturas museográficas de arte urbana a céu aberto como o Beco do Batman em São Paulo ou o MABE – Museu de Arte Urbana de Belém, no Pará, também são exemplos paradigmáticos deste fenômeno, desafiando a ideia convencional de estruturas museográficas. Eles refletem um contexto urbano mais fluido e adaptável, caracterizado pela incerteza e pela transitoriedade, que são, em essência, traços marcantes do ambiente urbano contemporâneo. Mais que isso, sinalizam uma apropriação – ainda que tenuamente – da cidade pelo indivíduo, de difícil identificação, e não necessariamente por grandes grupos organizados. Nestes casos, o que articula a estrutura museográfica e seu contexto urbano não é necessariamente seu edifício, sua dimensão ou seu conteúdo, mas sim, uma ideia real ou abstrata que impacta pelo seu simbolismo ou mesmo pela permissão da ideia de uma sociabilidade temporal, líquida, volátil, sem documentos ou, no caso, planos museológicos.

Estruturas museográficas e contextos urbanos de pequeno porte

Esta articulação tipológica considera não apenas o tamanho da população, mas também a sua dinâmica. Em ambos os casos, a implantação de uma estrutura museográfica conta com grande potencial de se impor na paisagem e de se constituir como forte elemento identitário. Ou seja, na relação das escalas de cidade de pequeno porte com as da estrutura museográfica, a segunda tende a impor-se mais facilmente que em cidades de médio e grande porte. Evidentemente, características de acesso e importância regional das cidades também são elementos que compõem a equação das suas relações com as estruturas que recebe ou que cria em seu território.

Um exemplo desta articulação tipológica é o MEA (Memorial de Evolução Agrícola), em Horizontina, RS, cidade com cerca de 20.000 habitantes, mas com relevância regional. O MEA aborda a evolução agrícola no Brasil em uma área expositiva de 3.000m², parte de

um complexo cultural na área central da cidade. Sua temática não é, portanto, diretamente observada no contexto da cidade construída, mas, sim, no contexto econômico que a sustenta e à sua região. Estão aí evidenciados os potenciais de criação de uma especificidade identitária que poderia ocorrer em um conjunto bastante grande de cidades vinculadas à produção agrícola intensiva. O vínculo físico com Horizontina, garante uma possível distinção regional e nacional de difícil consecução por cidades de pequeno porte. Ao mesmo tempo, a pequena escala do museu em termos de número de visitantes pode implicar em impacto na dinâmica urbana ou mesmo no uso de edificações para fins vinculados à visitação e manutenção do museu pode significar um nível de impacto que não seria observado em cidades de médio e grande porte.

Outro exemplo dessa articulação tipológica é o Museu ao Ar Livre Princesa Isabel, em Orleans, SC, cidade de pouco mais de 20 mil habitantes, e que busca preservar a memória rural e urbana dos imigrantes do sul do país em uma área de 20.000m². As mesmas relações entre o museu e a dinâmica urbana regional potencialmente observados em Horizontina são também observados na cidade de Orleans, SC.

Brumadinho, MG, uma cidade pequena e predominantemente rural com quase 40 mil habitantes, é conhecida mundialmente por abrigar um dos mais importantes museus de arte contemporânea e jardim botânico a céu aberto do mundo: Inhotim. Com essa estrutura, a cidade que se distingue no contexto metropolitano belo-horizontino, garante uma identidade urbana e ainda que tendo que concorrer com a oferta mais diversificada de serviç os ofertados pela cidade polo da sua região, vivenciou impactos urbanos por atividades complementares   do museu.

Estruturas museográficas insurgentes e contextos urbanos

Essa tipologia se diferencia das Estruturas museográficas informais por surgirem geralmente como iniciativas de grupos sociais, comunidades ou indivíduos, inicialmente sem o envolvimento direto do poder público ou de grandes corporações. Elas desafiam as estruturas institucionais tradicionais dos museus e buscam promover a expressão cultural e a preservação da memória coletiva de suas comunidades locais. As estruturas museográficas informais, como visto anteriormente, até podem surgir de iniciativas de

grupos sociais, comunidades ou indivíduos, mas nem sempre desafiam as estruturas institucionais tradicionais dos museus. Elas podem ter uma natureza menos formal e uma variedade de propósitos, desde a simples exposição de artefatos até a promoção de atividades culturais informais. Exemplos incluem exposições temporárias em espaços não convencionais e galerias de arte comunitárias. Essas estruturas podem existir em diversos contextos urbanos, oferecendo oportunidades para a expressão cultural e a interação comunitária de maneiras diversas e adaptáveis às necessidades locais.

Como exemplo de insurgência, pode-se apontar o Museu da Maré, estrutura museográfica que surgiu na comunidade da Maré na cidade de Rio de Janeiro em 2006. Este espaço surgiu da iniciativa coletiva de membros da comunidade com o propósito de registrar a história da formação da comunidade e a memória dos primeiros moradores. Inicialmente a iniciativa não teve envolvimento do poder público ou privado, mas diretamente da comunidade que se engajou para a construção de um acervo, e manutenção desta estrutura museográfica. Sua abrangência e importância da instituição foi aumentando e atualmente ela funciona como um espaço cultural e educativo, onde são oferecidos cursos profissionalizantes, atividades culturais e treinamentos para a comunidade, extrapola seu propósito inicial e impactando diretamente em seu entorno urbano. No Rio de Janeiro, o Museu da Rocinha, iniciativa do coletivo Museu Sankofa Memória e História da Rocinha, é um modelo de museu aberto que usa os becos e ruelas da favela como acervo expositivo. Similarmente, o MUF – Museu da Favela, em Pavão, Pavãozinho e Cantagalo, é também um museu a céu aberto, criado por um coletivo de artistas locais para valorizar a memória e fortalecer a comunidade. O exemplo do MAI – Museu de Arte Indígena localizado em Curitiba, Paraná, retrata uma ideia insurgente de uma iniciativa não coletiva, mas individual, como é o caso deste museu idealizado por Juliana Podolan, uma colecionadora de objetos de arte indígena, que viu a importância de expor seu acervo para a sociedade e utilizou de recursos próprios para a implementação da estrutura museográfica.

Estruturas museográficas institucionais e contextos urbanos

Nesta articulação tipológica, o que a singulariza é o fato de elas estarem vinculadas a um espaço físico que explicita uma marca institucional, seja no nome, no conteúdo ou nos valores propostos. Se nos países centrais, observa-se exemplos com apoio e interesse

do setor privado, no Brasil, os exemplos mais comuns ainda são mais próximos das corporações bancárias ou estatais: o Instituto Itaú Cultural em São Paulo, o Centro Cultural Banco do Brasil, também em São Paulo, o Farol Santander (antigo Centro Cultural Santander) em Porto Alegre, o Circuito Caixa Cultural em várias cidades brasileiras.

Um exemplo é o Museu Planeta Água em Curitiba, instalado em uma antiga estação de tratamento de água da Sanepar - empresa de Tratamento de Água do Paraná, ele apresenta um amplo conteúdo sobre a temática água, que o conecta diretamente com a instituição patrocinadora. Outro exemplo brasileiro, entre uma série de iniciativas menores, é o MUB3 - Museu da Bolsa de Valores de São Paulo, situado em um edifício histórico e focado na história do mercado de ações no Brasil. Um exemplo estrangeiro dessa articulação tipológica é o da Fundação Louis Vuitton, inaugurada em 2014 em Paris, com projeto arquitetônico iconográfico assinado por Frank Gehry. Como estrutura museográfica de uma marca de luxo e que funciona como centro cultural, seu acervo não apresenta a história da marca, ou a evolução dos produtos por ela fabricados, mas sim o acervo pessoal de obras de arte do atual proprietário da marca. Ainda que seu tema não seja explicitamente o da história da empresa, seu nome e o vínculo com moda e a indústria do luxo constroem uma mensagem subliminar favorável a ela.

Em todos estes casos, existe um entendimento de que é fundamental a relação direta entre a estrutura museográfica e uma instituição privada ou de caráter misto, vinculada por meio de seu nome ou sua marca, estabelecendo uma conexão com o contexto urbano. Entretanto, é evidente que o interesse de tais estruturas não segue necessariamente o de uma política pública urbana. Nesses casos, diferentemente dos museus de gerência ou propriedade do estado, não há a sinalização de permanência para o interesse da cidade, mas, antes, uma dependência mais próxima das políticas empresariais e de mercado. O vínculo de estruturas museográficas como estas, com a imagem da cidade são relativamente mais tênues: mais que a relação com a cidade, vale a mensagem explícita ou subliminar proposta pela marca.

Estruturas museográficas em contexto de redes culturais ou turísticas

A partir de práticas de planejamento estratégico do “*city marketing*”, por exemplo, o investimento em estruturas culturais, como museus, casas de espetáculos, arenas multifuncionais e bibliotecas, ganha importância, uma vez que o turismo cultural se

tornou um dos pilares para a construção da imagem da cidade. Para Pasquotto (2011), no final do século XX, grandes projetos museológicos que auxiliaram na requalificação dos espaços urbanos foram impulsionados pela busca de incrementos no setor do turismo cultural e da indústria do lazer. Gestores públicos passaram a enxergar na indústria cultural e nas estruturas museográficas uma importante capacidade de mobilizar multidões de usuários e visitantes e de engajar a população local. Barranha (2006) reitera que, em uma época dominada pela lógica do consumo e pela cultura da imagem, um museu ou um monumento arquitetônico tende a ser explorado como uma estratégia para promoção do turismo e cultura.

A estratégia utilizada em diversas cidades ou contextos urbanos é a valorização de patrimônios, ativos históricos ou culturais, criando estratégias para a potencialização do incremento turístico. No Brasil, o Museu “*Space Adventure*” em Canela, na Serra Gaúcha do Rio Grande do Sul, exemplifica esforços em rede, o qual, juntamente com outras cidades da região, forma uma rede turística impulsionada pela história e cultura dos imigrantes europeus. O “*Space Adventure*” é um espaço dedicado à exploração espacial e à astronomia, e que integra e se beneficia de outros atributos turísticos de uma cidade ou região, ainda que com propósito temático exógeno a elas.

Dentro de complexos turísticos existentes, estruturas museográficas são parte de um conjunto de ações potenciais para incrementar o número de turistas, podendo vincular-se a setores diversos da economia, tais como gastronomia, história, memória, lenda, personalidades, “*storytellings*”, meio ambiente, dentre outros. Outra característica desta tipologia é o relacionamento próximo entre comunidade e agentes locais para efetivação de ações, a partir de projetos estratégicos de desenvolvimento. Na base de tais projetos, tem-se o exercício constante de se “pensar a cidade e a região”, contribuindo positivamente para a revisão e formulação de políticas públicas abrangentes e nem sempre diretamente relacionadas com o propósito de desenvolvimento econômico.

Estruturas museográficas iconográficas em contextos urbanos

No contexto das transformações urbanas impulsionadas pelo desejo das cidades de se globalizarem nas últimas décadas do século XX, a requalificação do espaço urbano

emergiu como uma força sem precedentes. Essa requalificação foi notavelmente impulsionada pelo desenvolvimento de equipamentos culturais e pela implementação de projetos de grande envergadura no âmbito museográfico, ambos atuando como elementos centrais em processos de revitalização urbana. Para Vaz (2004), a recuperação de áreas históricas e a implementação de equipamentos culturais surgiram como diretrizes principais nesse processo, indicando a importância de tais projetos não apenas na preservação da memória e do patrimônio, mas também na sua capacidade de conectar-se efetivamente com a cultura e o tecido urbano existente. Em ambientes históricos preservados, os patrimônios edificados já fazem parte da conexão com o meio urbano e a cultura; no caso de novos projetos, essa conexão está ligada à sua ampla utilização e reconhecimento pela população local.

Essa abordagem também levou ao aumento do interesse pelas edificações arquitetônicas e sua conexão com as cidades. Rosas (2003) comenta sobre a dimensão iconográfica que os novos projetos de museus e uma relação não apenas com o meio urbano, mas também com uma forma de poder político. O Museu Guggenheim de Bilbao, inaugurado em 1996 e obra de Frank Gehry, é um marco desta abordagem, inspirado pelo rio Nervión e transformando radicalmente a antiga área portuária de Bilbao. Essa estrutura tornou-se icônica, não só por ter sido capaz de se mesclar harmoniosamente com o tecido urbano existente (Fabiano Junior, 2009) mas também por se afirmar como um catalisador de um renascimento urbano, impulsionando melhorias significativas na infraestrutura local, no transporte público e no vigor econômico da região, abrangendo desde o comércio até a indústria hoteleira e cultural.

A dinâmica resultante da implementação dessas estruturas museográficas em suas respectivas cidades sublinha a necessidade de uma compreensão abrangente dos impactos de grandes projetos urbanos (Ultramar, 2013), transcendendo visões reducionistas que os veem meramente como empreendimentos financeiros ou estratégias econômico-políticas, para reconhecer seu papel integral na configuração do espaço urbano e no engajamento comunitário.

A inclusão de estruturas iconográficas em projetos urbanos, particularmente aquelas que envolvem o poder público, reflete não apenas a capacidade de transformar fisicamente as cidades, mas também de fomentar uma conexão cultural e identitária profunda com os

habitantes locais e visitantes, ampliando o espectro de influência e significado desses empreendimentos no tecido urbano.

Estruturas museográficas inovadoras em contextos urbanos

A integração de novas construções ao tecido urbano existente, seja por contraste ou harmonia, também é relevante. Um exemplo, é a experiência do MACBA (Museu de Arte Contemporânea de Barcelona), construído em 1995 com o propósito de requalificação urbana em Barcelona. P. Similarmente, o Museu do Amanhã, situado na região central do Rio de Janeiro e uma peça-chave na revitalização da área do Porto Maravilha, reflete essa dualidade. Projetado por Santiago Calatrava, o museu não apenas se destaca por sua arquitetura simbólica e irreverente, mas também pela maneira como se tornou um marco na região, apesar das críticas que apontam para uma ênfase excessiva nos aspectos simbólicos e construtivos em detrimento da interação com a cultura local e o entorno urbano.

Essas novas estruturas museográficas impactam não só visualmente, através da reinvenção da paisagem urbana, mas também no plano intangível, influenciando a percepção pública e os valores associados ao espaço urbano. A escolha de designs arrojados ou a associação com arquitetos renomados pode agregar um valor "iconográfico" significativo ao projeto, catalisando uma nova leitura do espaço e estimulando o engajamento comunitário e o turismo. Embora a alteração física do espaço seja evidente, são essas mudanças nas narrativas e significados atribuídos ao local que promovem uma reconfiguração mais profunda do tecido urbano, reafirmando a capacidade das edificações museográficas de atuar como pivôs de transformação cultural e social.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar nossa análise sobre a interação entre estruturas museográficas e contextos urbanos, torna-se evidente que os museus não são meros receptáculos de arte e história, mas atores urbanos dinâmicos que moldam e são moldados pelas cidades em que se inserem. Por meio das diversas tipologias exploradas, percebe-se que os museus

podem atuar como catalisadores de desenvolvimento urbano, reforço de identidades culturais, e até mesmo como ícones de modernidade e inovação. Eles são capazes de revitalizar áreas degradadas, fomentar o turismo cultural, incentivar a economia local e promover uma maior inclusão social. Esse conjunto de transformações pode ser entendido como de desenvolvimento econômico e social, afastando-se, portanto, dos ganhos e objetivos iniciais para os quais essas estruturas foram pensadas.

Dos estudos realizados para esse artigo, é possível identificar padrões de atuação que sugerem os museus como vetores de valorização ou requalificação urbana, especialmente em áreas históricas ou de transformação territorial; espaços de produção de identidade e memória, essenciais para reforçar vínculos simbólicos e afetivos entre habitantes e cidade; instâncias culturais estratégicas para políticas urbanas, turísticas e educacionais; atores capazes de criar redes e circuitos culturais que ampliam fluxos, visibilidade e circulação de pessoas e narrativas no território. De fato, muitas das proposições para criação de museus na atualidade já reconhecem tais atributos, sobretudo aqueles que geram ganhos econômicos, com destaque para os vinculados ao turismo.

Este estudo detalhou como as estruturas museográficas assumem múltiplas funções: desde requalificar espaços urbanos, passando pela formação de redes culturais e turísticas, até se tornarem marcos arquitetônicos que redefinem paisagens urbanas e atraem atenção global. Os exemplos apresentados ilustram o impacto profundo que tais instituições podem exercer sobre a imagem e economia das cidades, além de estimular o desenvolvimento urbano.

As estruturas museográficas também se revelam como espaços de diálogo e reflexão sobre questões contemporâneas, desempenhando um papel significativo na educação e na promoção da diversidade cultural. Ao considerar museus em contextos históricos, públicos, informais, de pequeno porte, institucionais, em redes culturais ou turísticas, e como estruturas insurgentes, evidencia-se a ampla gama de interações possíveis entre essas instituições e o tecido urbano. Cada uma dessas interações oferece oportunidades únicas para enriquecer a vida cultural e social das cidades, enquanto enfrenta desafios específicos, como a necessidade de sustentabilidade, inclusão e preservação do patrimônio.

Tem-se aqui um passo inicial para uma compreensão mais aprofundada dessas articulações tipológicas entre museus e cidades, que não apenas reforça a percepção da complexidade dessa relação, mas também sublinha a importância dos museus como agentes ativos no desenvolvimento cultural, social e econômico urbano. Eles surgem como componentes na construção de cidades mais inclusivas, sustentáveis e culturalmente vibrantes. O planejamento e gestão dessas estruturas museográficas devem ser orientados por uma visão integrada que considere tanto seus impactos culturais quanto urbanos, visando maximizar seus benefícios para a sociedade enquanto se harmonizam com os ambientes urbanos existentes. O desafio está em engajar essas instituições na trama da vida urbana de forma que contribuam de maneira significativa para mudanças positivas dos espaços urbanos. Por último, é importante ressaltar que qualquer sugestão tipológica é um exercício de síntese para compreensão de uma realidade, contendo restrições intrínsecas de avaliação. Não se propôs aqui uma matriz exaustiva e definitiva, mas, antes, uma proposta de aprofundar as referências e conclusões em pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS

BARRANHA, H. Arquitetura de museus e iconografia urbana: concretizar um programa/construir uma imagem. In: SEMEDO, A.; LOPES, J. T. (Coord.). *Museus, discursos e representações*. Porto: Edições Afrontamento, 2006. p. 181-196.

CHOAY, F. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade, 2017.

FABIANO JUNIOR, A. A. Relações entre cidade e museus contemporâneos: Bilbao e Porto Alegre. *Risco: Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo (Online)*, n. 9, p. 154-167, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4506.v0i9p154-167>

GREWCOCK, D. *Vie urbaines et musées*. *Museum International*, n. 231, 2006.

HUYSEN, A. Escapando da amnésia: o museu como cultura de massa. *Revista do IPHAN*, n. 23, p. 32-56, 1994.

ICOFOM. *Définir le musée du XXIe siècle: matériaux pour une discussion*. Paris: ICOFOM, 2017. p. 53.

ITAÚ CULTURAL. *Perfil do Investimento Cultural Brasileiro – 2020*. São Paulo: Itaú Cultural, 2023. Disponível em: https://www.itaucultural.org.br/institucional/perfildoinvestimento/2020/itau_cultura_brasileira.html. Acesso em: 30 nov. 2023.

JEUDY, H. P. Espelho das cidades. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

PASQUOTTO, G. B. Museus, cidades, cultura: o Centro Pompidou, o MACBA e o Guggenheim. *Óculus Ensaios*, n. 14, p. 52-63, Campinas, 2011.

ROSAS, M. A. L. Museos de arte contemporâneo y ciudad: los limites del objeto arquitetônico. In: LORENTE, J. P. et al. (Org.). *Museologia crítica y arte contemporâneo*. Zaragoza: Prensas de la Universidad de Zaragoza, 2003.

SATUÉ, E. El diseño gráfico: desde los orígenes hasta nuestros días. Madrid: Alianza Forma, 1999.

ULTRAMARI, C. Grandes projetos urbanos no Brasil: conceitos, contextualização e discussão de três casos. *Urbana: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade*, Campinas, v. 1, n. 1, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/urbana.v1i1.8635116>

VAZ, L. F. Planos e projetos de regeneração cultural: notas sobre uma tendência urbanística recente. In: *Anais do Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*, v. 8, n. 3, 2004.

WEBER, M. Ensaios de sociologia. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.